

TEORIA ELITISTA E MARXISMO-LENINISMO: semelhanças e diferenças conceituais

ELITE THEORY AND MARXISM-LENINISM: conceptual similarities and differences

*Daniel Máximo Goés de Lima**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

RESUMO

No presente trabalho, realizo uma comparação teórica entre as proposições centrais dos autores da teoria elitista e os escritos Vladimir Lênin, visando apontar, a partir da exposição das teorias sociais e de partidos políticos de cada tradição, semelhanças e diferenças entre elas. Para isso, primeiro exploro a concepção elitista de Robert Michels, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, deixando clara, em suas obras, a inevitabilidade da formação de uma classe governante no seio das sociedades. Posteriormente, exponho algumas das formulações centrais do marxismo-leninismo acerca da organização política revolucionária, mostrando que a formação de uma nova classe governante se coloca, nessas obras, como necessidade, para coordenar a formação de uma sociedade emancipada das estruturas capitalistas. Por último, realizo a comparação direta entre ambos os pontos de vista, com vistas a compreender em que medida se assemelham e se diferenciam. As conclusões apontam para uma pertinência na comparação entre os autores em destaque.

Palavras-chave: marxismo; teoria das elites; teoria política; Lênin.

ABSTRACT

In the current paper, I offer a theoretical comparison between main elitists' theory authors' main propositions and Marx, Engels and Lenin's ideas, so as to point out, through the exposition of each tradition's political parties theory, similarities and differences between them. To do so, at first I analyze Michels, Mosca and Pareto's main ideas, making clear that, in their viewpoint, it is inevitable for societies not to have a ruling class. Later, I expose main ideas in the Marxism-Leninism main ideas on revolutionary political organization, showing that the ascension of a new ruling class is a necessity for a new kind of society to be born. At last, I compare both theories, in order to understand their differences and similarities. The results indicate that it is reasonable for us to compare them.

Keywords: Marxism; Elites Theory; Political Theory; Lenin.

* Doutorando em Ciência Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Instituto de Estudos Sociais e Políticos (UERJ/IESP).. Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Contato: maxi95mx@gmail.com

Artigo Recebido em: 08/10/2019. Aceito em 15/09/2022.

Revista Idealogando, Recife, v. 4, n. 1, , p. 58-75, 2020, Universidade Federal de Pernambuco

INTRODUÇÃO

Para a teoria política, os primeiros anos do século XX representaram uma virada importante. Durante esse período, acontecimentos históricos impulsionaram novos conceitos sobre sociedade e economia que exerceriam influência direta sobre os rumos da história global.

Entre esses marcos históricos, um dos mais importantes sem dúvida foi a Revolução Russa, ocorrida entre os meses de fevereiro e outubro de 1917 e que marcou a ascensão dos bolcheviques através da derrubada do czarismo no país. O sucesso da revolução de outubro representou um duplo marco histórico: primeiro, por ter estabelecido o primeiro Estado socialista da história¹; segundo, por ter inserido, no horizonte político global, um novo modelo político que, posteriormente, seria exportado para diversas nações ao redor do mundo.²

A atuação política dos revolucionários russos se orientava primordialmente pelos trabalhos de Marx e Engels. Entretanto, um outro teórico, bastante conhecido entre movimentos operários europeus, também influenciou a luta política revolucionária na Rússia: trata-se de Vladimir Lênin, principal líder da ala bolchevique do Partido Operário Social-Democrata Russo.

Antagonizando com parcela significativa do pensamento socialista de sua época, Lênin produziu uma vasta obra cujo principal objetivo era difundir um socialismo de caráter essencialmente revolucionário. Após se tornarem amplamente conhecidas, suas teses se tornariam relevantes não apenas para o pensamento marxista, mas também para a própria teoria política enquanto disciplina autônoma.

No pensamento leninista, predomina uma perspectiva centralizadora que, ao enfatizar a importância de um partido de vanguarda como instrumento de derrubada dos pilares da ordem burguesa, cria uma nova elite social. Essa elite, a seu turno, pode ser caracterizada primordialmente por um certo descolamento em relação ao restante das massas operárias a quem os socialistas buscavam distribuir o poder político.

Ainda no final do século XIX, com Marx e Engels em vida, já existiam fortes críticas às suas obras e ao próprio socialismo, de forma geral. No entanto, com o

¹ Trata-se da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, fundada logo após o fim da Guerra Civil Russa.

² A principal iniciativa tomada nesse sentido foi a assinatura do Pacto de Varsóvia em 1955, por Albânia, Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia, União Soviética e Tchecoslováquia, consolidando a hegemonia do sistema socialista no Leste Europeu.

estabelecimento da União Soviética em 1922 e a subsequente expansão do socialismo pelo Leste Europeu, a produção de reações a essa corrente política logo se intensificaria nos meios acadêmicos.

Entre essas reações, se destacou um conjunto de obras do que viria a ser conhecido como Teoria Elitista – ou Elitismo –, cujos principais expoentes foram Robert Michels, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto. De diferentes formas, cada um deles buscou demonstrar que a formação de elites governantes apartadas do restante da sociedade é uma constante histórica inevitável.

Com a ascensão de Lênin no governo revolucionário pós-czarista e de Leon Trotsky à frente do Exército Vermelho, uma nova elite, composta por burocratas revolucionários, se formou no interior do Estado soviético. Nesse momento, ganhou força a ideia de que o socialismo, ao alcançar o poder, se converterá quase que em uma espécie de czarismo moderno. Posteriormente, o autoritarismo stalinista, iniciado a partir de 1924, reforçaria ainda mais essa percepção. Isso porque Stalin, durante seus mais de vinte anos de governo, reivindicou para si os pressupostos do marxismo-leninismo. Para os adeptos da teoria elitista, esses acontecimentos eram a prova cabal de que suas teses eram verdadeiras.

Nesse sentido, surgiu a hipótese de que, embora representassem perspectivas políticas frontalmente antagônicas, talvez a teoria leninista sobre partidos de vanguarda e o elitismo não fossem tão diferentes entre si.

No presente trabalho, nosso objetivo central é verificar a procedência dessas comparações, apontando semelhanças e peculiaridades teóricas importantes entre as obras de Lênin e dos autores do Elitismo.

Para isso, no primeiro capítulo, apresentei inicialmente os principais argumentos oferecidos por Michels sobre a formação de novas elites no interior dos partidos socialistas. Mais adiante, explorarei a asserção de Mosca sobre a inevitabilidade histórica das Elites. Por último, abordarei as formulações de Pareto acerca da circulação permanente de elites e dos antagonismos de classe ao longo da história humana (MICHELS, 1982; BOBBIO et al., 2010; PARETO, 1996). Introduzidos os pontos centrais desses autores, realizarei uma síntese do argumento elitista e lançarei luz sobre diferenças nas formulações de cada um deles.

No segundo capítulo, oferecerei um panorama geral das ideias de Lênin (1995), enfatizando tanto sua visão acerca do movimento operário de sua época, bem como sua concepção de partido. Desse modo, busco lançar luz sobre seus

embates e aproximações com outras perspectivas teóricas no interior da teoria socialista.

Por último, após expor as ideias mais importantes dessas duas escolas de pensamento político, estabelecerei uma comparação teórica a partir dos tópicos comuns entre elas, indicando semelhanças e diferenças nas abordagens que oferecerem.

Para fins de operacionalização, nos cumpre fazer desde já dois esclarecimentos importantes. Em primeiro lugar, é imprescindível destacar que as motivações intelectuais de Lênin e dos autores elitistas são fundamentalmente diferentes. Se o primeiro produziu na condição de ator social inserido em uma luta histórica em torno dos rumos políticos de uma nação, os demais advogavam para si a condição de cientistas “desinteressados”. Segundo, entenderemos elites como grupos minoritários com acesso a privilégios de ordem econômica e prerrogativa de exercer poder político sobre uma maioria.

A GÊNESE E A INEVITABILIDADE DAS ELITES: O PARADIGMA DA TEORIA ELITISTA

Em princípio, antes de passarmos para os entendimentos particulares de cada um dos autores inseridos nessa tradição de pensamento, devemos definir o que, de modo geral, eles entendem por “Elite”. Somente assim poderemos operacionalizar o objeto em discussão neste trabalho.

Segundo Bobbio et al. (2010, p.385), o enunciado principal do Elitismo consiste na ideia de que “em toda sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada”. De diferentes formas, essa minoria, então, monopolizaria a capacidade de deliberar e tomar decisões que terão impacto sobre a vida da grande maioria dos membros da sociedade. Estes últimos, desprovidos dessas prerrogativas, seriam subjugados à condição de classe governada.

Para os autores anteriormente citados, a tese mencionada acima aparece pela primeira vez nos escritos de Mosca, que pretendia conferir-lhe um caráter científico a partir da observação pura e imparcial dos fatos históricos. Vejamos a seguir de que modo essa distinção entre classe governante e classe governada se manifesta no seio de sua obra:

Entre as tendências e os fatos constantes que se acham em todos os organismos políticos, um existe cuja evidência pode ser a todos facilmente manifesta: em todas as sociedades, a começar por aquelas mais mediocrementemente desenvolvidas e que são apenas chegadas aos primórdios da civilização, até as mais cultas e fortes, existem duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados. A primeira, que é sempre a menos numerosa, cumpre todas as funções públicas, monopoliza o poder e goza as vantagens que a ela estão anexas; enquanto que a segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira, de modo mais ou menos arbitrário e violento, fornecendo a ela, ao menos aparentemente, os meios materiais de subsistência e os que são necessários à vitalidade do organismo político. (CRUZ, 2004, p.1).

Assim, como se vê, Mosca inaugura a ideia central do Elitismo. Aqui, independentemente do tempo histórico, se formará, no seio da sociedade, uma classe dirigente – por vezes também chamada de “aristocracia”. Ao exercer as funções típicas de comando político, essa classe inevitavelmente se distanciará do restante da população, que a segue graças à sua capacidade de lhe garantir condições mínimas de sobrevivência.

A consolidação da hegemonia social da Elite, para Mosca, se tornaria possível, também, à medida que ela desenvolve uma capacidade de organização interna a partir de suas “relações de interesse” (BOBBIO et al., 2010). Ao contrário do que ocorre com as massas desarticuladas e amorfas, os membros da Elite, por meio dessas relações, desenvolvem sentimentos de homogeneidade e solidariedade mais facilmente.

Conforme veremos a seguir, a ideia de um conjunto mínimo de condições para o sucesso ou manutenção do poder político por uma elite ou aristocracia será resgatada por Pareto, mas de modo distinto.

Na visão de Pareto, o fato de as sociedades humanas não serem homogêneas ou reduzidas a uma luta entre duas classes antagônicas, tal preconizaria a teoria marxiana em sua leitura, é exatamente o motor dos movimentos de transformação em suas estruturas ao longo da história.

Em sua interpretação, em toda sociedade humana serão sempre três as camadas ou grupos existentes: em primeiro lugar, uma aristocracia ou elite tradicional, que buscará manter sua hegemonia; depois, uma classe social em ascensão que visa a tomada do poder contra aquela aristocracia de base tradicional; e por fim, o restante da população, desprovido, nas palavras de Pareto (1966, p.134), de “energia, caráter e inteligência”.

Carecendo dessas qualidades ou de qualquer agência própria, a população em geral não possuiria a capacidade de compreender as nuances do processo produtivo. Por isso mesmo, tende a alinhar-se com aqueles que lhe prometerem a satisfação de seus interesses mais imediatos e fazem odes ao sofrimento enfrentado por seus membros. Eis a maneira pela qual, segundo Pareto (1966), poderão ser instrumentalizados para fins políticos de uma elite ou de outra.

Para o autor em destaque, as elites não são apenas um grupo social que se distingue das demais camadas da sociedade a partir de um critério específico. Mais do que isso, elas seriam “um grupo dotado de recursos e qualidades para promover o bem-estar e a dominação de uma classe” (PARETO, 1996, p.155), de acordo com os paradigmas de uma determinada sociedade.

Nesse ponto, notamos que Pareto (1996), assim como Mosca, enxerga no nascimento das elites um método encontrado pela população geral para assegurar as condições primordiais de sua própria sobrevivência.

Ascendendo ao poder sob a justificativa de assegurar o bem-geral à população, a nova elite governante se distancia do restante da sociedade, voltando-se, no fim das contas, para a satisfação exclusiva de seus próprios interesses. Ao fazê-lo, essa elite ascendente converte-se ela própria em uma nova aristocracia, pautada por métodos e uma concepção de mundo bastante semelhantes aos da classe moribunda contra a qual outrora lutara. Desse modo, a defesa da igualdade entre os indivíduos não é, nas palavras do próprio Pareto, senão um “fato de grande importância e que atua poderosamente para determinar as mudanças que poderão ocorrer na sociedade”. (PARETO, 1966, p.155).

Em sua visão, o fato de cada classe social possuir interesses próprios e buscar realizá-los acima de qualquer coisa não é nada além de uma lei sociológica elementar e irremediável. Em paralelo, tão natural quanto isso é a tentativa dos membros de qualquer classe de justificar suas aspirações a partir da racionalidade. Nesse sentido, não buscam simplesmente legitimar-se perante outras classes. Mais importante do que isso é convencer-se de que suas aspirações fazem sentido, por meio da ideia de que suas próprias demandas são dotadas de razoabilidade. Essa última operação só poderia ser viabilizada mediante um novo apelo à racionalidade. Dito de outro modo, trata-se da utilização da faculdade racional para justificar o que muitas vezes não é, senão, fruto da pura irracionalidade humana.

Entretanto, o bem-estar geral, responsável em última instância pela manutenção do equilíbrio social, é cada vez mais ameaçado conforme os

mecanismos de recrutamento de membros da elite tradicional começam a apresentar sinais de falha. À medida que privilegiam a seleção de indivíduos degenerados em detrimento de pessoas brilhantes e capazes de colaborar com a conservação da hegemonia da classe social, essas engrenagens se tornam disfuncionais.

Sem acesso às fileiras da elite tradicional, os sujeitos brilhantes tendem a ser incorporados pela classe subalterna que almeja o poder. Ao mesmo tempo, a incapacidade aristocrata de purificar seus próprios quadros logo faz com seus quadros se limitem cada vez mais a indivíduos degenerados. A longo prazo, isso conduziria necessariamente a uma revolução, e assim, dá-se a circulação histórica das elites.

A revolução torna-se ainda mais iminente quando uma nova classe em ascensão tem êxito em criar, entre seus membros, uma consciência própria a partir de elementos comuns e facilmente identificáveis. Se, em paralelo, arrefecem as bases da dominação e da identidade comum da antiga elite, então é certo que sua destruição é apenas uma questão de tempo. Isso porque, desse modo, seus membros se tornarão incapazes de se adaptar às transformações históricas que inevitavelmente surgirão.

Nesse ponto, vemos que Pareto (1996) retoma a formulação de Mosca pela qual hegemonia de uma elite só pode perdurar desde que exista, em seus quadros, uma identidade capaz de mantê-los unidos enquanto classe.

O sucesso na empreitada de tomada de poder por uma elite em ascensão dependerá da sua capacidade de mobilizar a população em geral, convencendo-a de que é mais capaz de satisfazer seus anseios do que sua antecessora histórica. É necessário ainda que os aspirantes ao poder, por meio de uma justificativa moral sólida, convençam a massa amorfa de que há entre eles uma convergência de interesses entre os dois grupos sociais.

Nesse sentido, Pareto (1996) inverte a formulação clássica de Marx e Engels (2012, p. 44), argumentando que o que se verifica no curso da história humana não é a luta entre classes sociais antagônicas, mas uma luta sempre entre duas aristocracias pelo poder, enquanto o povo, apático, é mobilizado em apoio aos anseios de uma ou de outra.

Chegamos, assim, à principal formulação da chamada teoria da circulação das elites de Pareto (1996, p.135, tradução livre): a noção de que, ao longo da

história, a “aristocracia no poder muda constantemente, com a que hoje detém o poder sendo substituída, após um certo período de tempo, por sua adversária”.

Ao estudar a organização interna dos partidos de massa após adentrarem a esfera governamental, Michels (1982), por sua vez, observou uma transformação significativa em seu comportamento político. Para ele, ao serem incorporados à estrutura formal de poder no interior do Estado, os socialistas se defrontaram com uma organização de caráter conservador e oligárquico, responsável por impor limites claros à sua ação tradicionalmente energética, programática e revolucionária.

Os esforços das lideranças partidárias em minar as discordâncias entre os membros do partido, com vistas a assimilar em suas fileiras o maior número possível de membros, produziriam uma incompatibilidade entre o projeto de expansão partidária e a possibilidade de travar uma luta política ancorada em grandes princípios ideológicos.

Em outras palavras, se todo o prestígio político de um partido de massas deriva de sua capacidade de assimilar de novos apoiadores, então é necessário que a agremiação flexibilize progressivamente seus ideais, para que cada vez mais pessoas se afeiçoem à sua atuação.

A partir dos limites institucionais impostos pelo Estado e da necessidade de expandir se enquanto uma organização de massas, o partido, então, altera radicalmente a sua estratégia, passando de uma “energia revolucionária, à medida que aumentam suas forças e a solidez de sua estrutura”, a uma “timidez e prudência cada vez maiores” (MICHELS, 1982, p.222). Essas novas diretrizes de atuação, por sua vez, seriam aquelas típicas de uma organização conservadora.

Em decorrência da constante necessidade de ampliação de seu prestígio, um grau cada vez maior de centralização em torno de ideias formuladas por poucos chefes é imposto às bases, com vistas a profissionalizar a atuação de seus membros por intermédio da disciplina. Com isso, o partido pretende, em última instância, aproximar-se cada vez mais das massas que pretende representar e evitar qualquer tipo de fragmentação em seus quadros.

À medida que anexam novos membros às suas fileiras, os partidos de massa, “para consolidar suas posições”, se veem obrigados a “estender seu mecanismo burocrático e acumular capitais”. Desse modo, progressivamente vão se assemelhando mais como um “Estado dentro do Estado” (MICHELS, 1982, p. 221).

Contudo, se o partido tem sucesso em sua empreitada de crescimento, progressivamente se defrontará com um dilema: ou continua a expandir sua burocracia para prosseguir com seu projeto de ampliação de bases, ou preserva a existência de uma identidade comum entre seus membros, que em última instância é sua razão de ser.

Decidindo-se pela expansão contínua, os funcionários do partido passam a gozar de um poder maior em relação aos demais quadros, convertendo-se assim não apenas em chefes profissionais, mas sobretudo em uma nova minoria – leia-se aristocracia. Constituídos como uma aristocracia intrapartidária, passam a possuir interesses diferentes dos das bases partidárias. Nesse momento, nasce um perigo do qual os socialistas não poderiam escapar: o de tornar seu partido um fim em si mesmo, em virtude da “oposição declarada entre a massa dos partidários e o grupo de chefes, na medida que o partido cresce”. (MICHELS, 1982, p. 233).

Desse ponto de vista, se os ideais e a representação das bases são sacrificados em prol da expansão do partido, é evidente que ele já não constitui o representante de uma classe, mas uma nova classe em si. No caso, uma nova elite dotada de mais poderes e prerrogativas do que a maioria do restante dos quadros.

Vemos, portanto, que, assim como teorizaram Mosca e Pareto (1996), Michels (1982) compreende que a chegada de um grupo ao poder provoca uma mudança drástica de atitude em seus membros. A partir dela, passam a ser comportar progressivamente da mesma forma que as elites tradicionais contra as quais outrora lutavam.

Por outro lado, essa tendência, para Michels (1982), é menos consequência de um ímpeto natural das classes sociais em perseguir cegamente e acima de tudo o seu próprio interesse através da oneração de outras classes do que uma atitude necessária à sua própria sobrevivência enquanto organização representativa. Exemplo claro desse contraste é o fato de haver, no seio de sua análise, uma certa reserva à teoria da circulação das elites de Pareto (1996), que, em suas palavras:

“[...] só pode ser aceita com restrições, no sentido de que se trata com muito menos frequência de uma sucessão pura e simples das elites do que de uma mistura incessante, com os antigos elementos atraindo, absorvendo e assimilando continuamente os novos” (MICHELS, 1982, p.226).

Por outro lado, o autor se aproxima de Pareto (1996) ao argumentar que a maioria da população é incapaz de governar a si própria, dado que é “afligida por

uma incompetência incurável” para resolver seus problemas, sendo “a existência de chefes um fenômeno inerente a toda as formas da vida social”. (MICHELS, 1982, p.240; 237).

Por isso, ainda que lograsse espoliar a antiga classe dominante, a emergência de uma nova elite é iminente e até inevitável, pois a sua inexistência significaria, em última instância, o desaparecimento da própria sociedade ou, no caso, do partido. Nesse ponto, Michels (1982) elabora conclusões que se aproximam das formulações de Cruz (2004) e Pareto (1996) acerca da indispensabilidade das elites para o alcance de um objetivo maior.

Assim, a inerência entre formação de elites e as “necessidades de ordem tática e técnica que decorrem da consolidação de qualquer agregado político disciplinado” (MICHELS, 1982, p.238) nos permite traçar outra formulação central na sociologia do autor em destaque: o surgimento de novos chefes no interior do partido é um espelho da própria dinâmica de ascensão de novas classes dominantes no seio da sociedade, ao longo da história humana. Dito de outro modo, vemos que a dominação dentro de um partido é um espelho do que ocorre na sociedade.

A seguir, após expor as principais formulações de Lênin (1995), discutirei de que modo, para ele, a disciplina e a organização no interior do movimento operário são tratadas como elementos indispensáveis para o sucesso na consecução de seus objetivos revolucionários, em oposição a outras perspectivas de luta política presentes no bojo da Social-Democracia de sua época.

MARXISMO-LENINISMO, ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA E TEORIA DE PARTIDO: NOVAS ELITES?

De diferentes maneiras, Marx e Engels, bem como outros estudiosos da tradição marxista – dentre os quais inclui-se Lênin –, sempre se interessaram pela compreensão da classe operária sobre sua própria luta. Mais ainda, sempre nutriram especial interesse pela interação entre estrutura socioeconômica e as formas de organização e mobilização política que surgem a partir dela.

N’O *Manifesto*, Marx e Engels (2012, p. 44-45) apontam que, com o desenvolvimento capitalista a partir da grande indústria moderna, foram simplificados os antagonismos de classe na sociedade. Nesse processo, teriam sido empurrados para dentro do proletariado todos os seus extratos médios – pequenos produtores, comerciantes, artesãos, camponeses, etc. Com isso, a

burguesia teria não apenas criado “as armas de sua destruição”, como também os próprios homens que irão se utilizar delas para matá-la (MARX e ENGELS, 2012, p. 50-51).

Na mesma linha, Marx, *n’O Dezoito Brumário*, observa que o campesinato, em decorrência da substituição histórica da fragmentação feudal de terras pela pequena propriedade capitalista moderna, passou de extrato cujas condições de vida o impedia de emergir enquanto classe à condição de “aliado [...] natural do proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês”. (MARX, 2006, p. 132-137, grifo do autor).

Há então, nesses escritos de Marx e Engels, uma ideia central: a de que a emergência do proletariado enquanto ator revolucionário depende, em última instância, da criação de uma consciência comum entre seus membros. Consciência essa que fosse capaz de unificar seus interesses em torno de uma agenda de transformação social comum.

Dito de outro modo, o acirramento das contradições de classe no interior da sociedade capitalista seria um elemento catalisador de seu próprio fim. Afinal, ao perceber que a derrubada da ordem burguesa é o único meio de realizar seus interesses comuns, as diferentes frações do proletariado tenderiam a se organizar em um processo revolucionário para derrubá-la. Isso não seria nada além do desenvolvimento teleológico da história. Lênin, por sua vez, se mostra cético em relação a essa tendência. Para ele, a existência de uma consciência comum é condição necessária, mas não suficiente para semear um espírito revolucionário no interior do proletariado. Em sua percepção, “o movimento operário espontâneo não pode resultar, por si mesmo, senão no *trade-unionismo*” (LÊNIN, 2015, p.153).

O *Trade-unionismo*, por vezes também denominado *economicismo*, é a designação criada por ele para se referir à tendência no interior da Social-democracia que priorizava o apoio a lutas imediatas e pontuais de movimentos de trabalhadores. Desprovidas de um caráter de classe mais amplo, essas lutas se pautavam pelo projeto de melhorar as condições de vida de grupos de trabalhadores circunscritos através da obtenção de concessões de capitalistas de setores particulares da economia.

Assim, o proletariado, em sua interpretação, seria originalmente desprovido da capacidade de reconhecer-se enquanto classe revolucionária³ a partir de uma

³ No pensamento marxiano, isso se chama “consciência de classe”. O termo é amplamente

consciência comum. Isso decorreria não de uma incapacidade natural ou de ordem biológica, mas das condições sociais de reprodução do indivíduo sob a dinâmica capitalista (MARX, 2011). Em virtude disso, a interpretação leninista entende que, ao glorificar o *trade-unionismo*, os sociais-democratas não fariam mais do que “preparar o terreno para fazer do movimento operário um instrumento da democracia burguesa” (LÊNIN, 2015, p.153).

A ausência de uma identidade ou consciência revolucionária comum entre os membros das diferentes frações da classe operária os tornaria, por consequência, incapazes de relacionar as suas próprias lutas a uma luta social mais ampla. Em suma, não seriam capazes de perceber por si próprios que ambas são duas fases distintas de um embate contra um mesmo inimigo: o regime político burguês, ou, no caso russo, a autocracia czarista. Como ainda veremos adiante, essa capacidade, na perspectiva leninista, só poderá ser desenvolvida no proletariado através da ação de um grupo específico.

Em síntese, acreditar que o movimento operário por si só é capaz de formular uma ideologia revolucionária própria é condená-lo à cooptação pelos preceitos da política representativa burguesa. Nela, o operariado se pautaria pela concepção *trade-unionista*, segundo a qual “é preciso reunir-se em sindicatos, lutar contra os patrões, cobrar do governo a promulgação de umas e outras leis necessárias aos operários etc.” (LÊNIN, 2015, p.79)

Em contraposição a essa tendência, e para que o proletariado assuma seu papel revolucionário na história, Lênin (2015) entende ser preciso fomentar uma “consciência social-democrata”. Esta última, capaz de fazer “a avaliação mais revolucionária de cada acontecimento” (LÊNIN, 2015, p.155), só poderia se desenvolver entre o operariado mediante a ação de dirigentes revolucionários profissionais. Ao contrário dos operários, esses seriam, por definição, possuidores de uma clareza de conceitos teóricos e das formas de interações sociais entre as classes no seio da sociedade capitalista. Somente quando entra em contato com esse arcabouço teórico é que o operariado teria a oportunidade de compreender qual é a natureza econômica e política da sociedade, convertendo-se, assim, em social-democrata.

Os intelectuais, em decorrência da necessidade de moldar o operariado a partir da doutrina social-democrata de cunho revolucionário, adquirem, na teoria de partido leninista, proeminência por seu papel estratégico na formação de

usado por Marx e Engels, por exemplo, em “A Ideologia Alemã”.

quadros. A sua ascensão se dá a partir do seu privilégio de acesso a conhecimentos restritos à intelectualidade burguesa, dos quais o operariado, por conta das condições de trabalho que enfrenta nas fábricas, não pode usufruir. Falando como se fora ele próprio um operário, afirma o autor que é preciso que:

“[...] Os intelectuais nos repitam menos o que nós próprios já sabemos, e que nos deem mais daquilo que ainda ignoramos, o que jamais poderemos saber em nossa experiência fabril e ‘econômica’: os conhecimentos políticos. Esses conhecimentos apenas os intelectuais podem adquirir-los, tornando-se seu dever proporcionar-nos cem e mil vezes mais do que têm feito até agora;” (LÊNIN, 2015, p.129-130).

A desconfiança leninista acerca das capacidades dos operários se materializa em críticas duras às experiências *trade-unionistas* inglesas de organização sindical. Nelas, o revolucionário russo ressalta a necessidade de se contar, no interior de um partido que se pressuponha como de vanguarda, com “jornalistas, parlamentares, profissionais etc. para dirigir de forma social-democrata a luta de classe do proletariado”, exercendo todos eles funções administrativas e de agitação. (LÊNIN, 2015, p.204-205).

Assim, para que o operariado disponha de conhecimentos que o permitam relacionar suas lutas particulares com o questionamento à própria ordem social, a estabilidade necessária para o sucesso de suas ações políticas só poderia ser obtida mediante a existência de um partido fortalecido, em que se possa contar com um corpo de dirigentes profissionalizados. Essa agremiação seria capaz não somente de coordenar as diferentes frentes da luta política sob um mesmo eixo, mas também, e sobretudo, de liderar motins contra os pilares da sociedade burguesa vigente.

Diante desses fatos, observamos que foi preciso que se começasse a cogitar, no interior do movimento social-democrata, a possibilidade de, mesmo quando diante das condições históricas necessárias, a classe operária não se dispor a realizar por si mesma uma revolução contra a ordem burguesa. Aqui não falamos, portanto, como se Lênin tivesse tentado se contrapor ou “ser mais marxista” do que os próprios Marx e Engels. Trata-se antes de considerar que o líder revolucionário, seguindo o método dialético marxiano, levou em conta as peculiaridades históricas de seu tempo na elaboração de sua teoria de partido.

Nesse sentido, Lênin, ao enfatizar a importância da formação de lideranças profissionalizadas, buscou operacionalizar a formulação marxiana de que

“os comunistas são (...) a porção decisiva dos partidos de trabalhadores de todos os países, a força sempre a impulsioná-los adiante”, cujo principal objetivo seria “a derrubada da dominação burguesa e a conquista do poder político pelo proletário”. (MARX e ENGELS, 2012, p.59). Pressupõe-se, então, a existência de um interesse unívoco no interior dessa classe, do qual os comunistas seriam os principais porta-vozes.

Na verdade, a classe leninista de revolucionários profissionais não é mais do que um desdobramento mais sofisticado de uma formulação presente já n’O *Manifesto*. Segundo seu enunciado, os comunistas são aqueles que “(...) percebem, na teoria, *antes* da massa restante do proletariado, as condições, o curso e o resultado geral do movimento operário”. (MARX e ENGELS, 2012, p.59, grifo do autor).

Dessa maneira, como vimos, a solução encontrada por Lênin para contornar o reformismo *trade-unionista* foi apostar na formação de revolucionários profissionais, a serem escolhidos a partir da “mais rigorosa seleção” (LÊNIN, 2015, p.203) no interior de um partido de vanguarda. Nele, ainda que a discussão fosse livre, a atuação de seus membros deveria se nortear sempre por um conjunto de diretrizes comuns⁴, permeadas por um caráter revolucionário.

A seguir, em nossas considerações finais, levando em conta o que aqui expusemos sobre elitismo e leninismo, apontaremos em que pontos estas duas tradições de pensamento político se aproximam e se diferenciam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE HÁ DE ELITISTA NO MARXISMO-LENINISMO?

Expostas as bases dos argumentos elitistas centrais e as principais formulações do marxismo-leninismo, notamos que há elementos suficientes para que identifiquemos Lênin (2015) como um autor cujos escritos podem, em grande medida, ser identificados com paradigmas tipicamente elitistas, na acepção que esse termo possui no interior da teoria política.

Isso porque há um consenso entre teoria elitista e o leninismo de que a ascensão de uma nova classe governante requer algumas condições mínimas. Se entre os elitistas uma classe só pode conservar sua hegemonia enquanto for capaz

⁴ A isso, a teoria leninista de partido chamou de “centralismo democrático”.

de manter-se coesa em sua organização interna⁵, para o marxismo-leninismo a ascensão do proletariado enquanto classe governante só será possível através da mediação de um corpo revolucionário profissionalizado que unifique todas as frações do proletariado em torno de um único interesse comum: a derrubada da ordem capitalista.

Esse interesse, para Lênin, representaria uma consciência comum a seus membros. No caso, a condição de despossuídos e oprimidos por uma mesma classe, a burguesia, que outrora fora ela mesma revolucionária, nos moldes preconizados pela explicação elitista para o sucesso da ascensão e decadência das aristocracias ao longo da história. Vale lembrar ainda que essa percepção, de que a luta revolucionária poderia ser catapultada pela existência de uma consciência comum entre as frações do proletariado, já se fazia presente, de forma latente, nas obras de Marx e Engels. Vimos ainda que os dois já enfatizavam que os comunistas, por sua posição privilegiada na compreensão do processo de desenvolvimento capitalista antes das massas, possuem papel estratégico na ascensão do proletariado como classe revolucionária.

Assim, a tese leninista não contradiz a ideia de condições mínimas de sucesso para a formação de uma nova classe dirigente, tal como preconizado pelo elitismo. Muito pelo contrário, ela pressupõe que o proletariado só pode ascender enquanto classe revolucionária se houver antes, entre seus membros, um conjunto de dirigentes profissionais que, munidos de conhecimentos originalmente restritos às camadas burguesas da sociedade, seriam capazes de apresentar-lhes a uma perspectiva verdadeiramente social-democrata. Essa perspectiva, a seu turno, é que seria um instrumento unificador em torno dos mesmos objetivos revolucionários.

Em suma, elitismo e marxismo-leninismo admitem, de formas distintas, que a formação de novas classes governantes só é possível se seus membros possuírem interesses e identidades ou formas de consciência em comum. Além disso, e mais importante, ambos admitem a necessidade da existência de uma nova elite, apartada do restante da população, como uma forma de assegurar a criação de uma nova sociedade em que haverá maiores níveis de bem-estar para as camadas populares que por ela serão conduzidas passivamente.

⁵ Seja pela da ação de dirigentes profissionais que garantem a expansão do partido pelo sacrifício do seu idealismo purista, como em Michels; pela capacidade da elite em ascensão em criar uma identidade comum para seus membros, como em Pareto; ou então, pela permanência de um interesse comum entre seus membros, como em Pareto; ou então, pela permanência de um interesse comum entre seus membros, como em Mosca.

Vê-se dessa forma que existe, nessas duas matrizes de pensamento, uma concepção bastante pessimista acerca do conjunto geral da população. No elitismo, ela aparece representada como maioria amorfa que, sendo desprovida de inteligência e iniciativa, não compõe nenhuma classe ou aristocracia; no marxismo-leninismo, aparece como classe proletária que, correspondendo à maioria esmagadora da população, necessita de auxílio externo para desenvolver uma consciência de classe e, assim, formar-se enquanto classe revolucionária.

Em ambos os casos, se supõe uma enorme passividade nas massas, sendo elas incapazes de se autogovernar livremente de modo eficaz. Como consequência disso, necessitam de alguém, no caso, de uma elite, para prover-lhe as condições mínimas de subsistência (Teoria elitista) e orientações a respeito do que fazer em matéria de organização política (Leninismo).

Se no elitismo, em particular naquele preconizado por Pareto (1996), a população é ignóbil a ponto de deixar-se conduzir por aqueles que melhor romantizam o seu próprio sofrimento, nos escritos leninistas a classe trabalhadora, maioria esmagadora da sociedade, é retratada como fundamentalmente limitada do ponto de vista intelectual, em virtude de sua maçante jornada de trabalho diária.

Entretanto, a mais flagrante semelhança entre as duas tradições de pensamento político se verifica especificamente entre o elitismo desenvolvido por Michels (1982) e o modelo de partido vanguardista elaborado por Lênin (1995). Em ambos, dirigentes revolucionários profissionais, por seu monopólio na disseminação de conhecimentos e teses revolucionárias, adquirem certo grau de autonomia e constituem-se como uma nova classe dominante e gozadora de privilégios em relação às bases que buscam representar. Essa relação, para Michels (1982) se explica em virtude da permanente necessidade do partido de ampliar seu número de adeptos e sua repercussão entre as bases; para Lênin (1995), como já exposto, essa autonomia seria necessária para assegurar a predominância de uma perspectiva revolucionária e social-democrata no interior do movimento operário.

Nesse ponto, a forma como a burocracia dos partidos socialistas se mostra incapaz de perceber-se enquanto uma nova elite perante o restante das massas operárias, por mais assemelhadas que suas ações fossem às da antiga aristocracia, vai ao encontro do modelo teórico formulado por Pareto. Para ele, as novas elites nunca se dão conta de sua condição justamente por seu ímpeto em justificar suas atitudes como meios adequados para a consecução dos objetivos

da classe oprimida, interessada em melhorar de vida a qualquer custo. Dessa forma, além de obter o apoio necessário para seus objetivos particulares, as elites ascendentes convencem-se de que a satisfação de seus interesses é, na verdade, a melhor forma de satisfazer interesses gerais.

Por último, enxergamos na rígida seleção defendida por Lênin (1995) na definição de membros para compor os quadros revolucionários do partido o mesmo mecanismo de seleção natural observado por Pareto (1996) no interior das elites. Elas, para conservar sua hegemonia ao longo do tempo, devem ser capazes, simultaneamente, de assimilar em suas fileiras os melhores elementos existentes na sociedade e expurgar deles os indivíduos degenerados.

Em resumo, a teoria leninista de partido, ao enfatizar o combate à espontaneidade desviante do ideal social-democrata revolucionário e conferir proeminência ao papel de determinados grupos na agitação política – intelectuais, revolucionários profissionais, etc. –, abriu margem para que se formasse, no seio do movimento operário, uma nova elite dirigente, tal como nos moldes sugeridos pelos autores do elitismo.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. In: **Dicionário de Política**. Editora UnB. 13ª edição. 2010.

CRUZ, M. Braga da. **Teorias Sociológicas – os fundadores e os clássicos (Antologia de textos)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, I Vol., 4ª ed., p. 405-419, 2004.

LENIN, V. I. **Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **A Guerra Civil na França**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Penguin e Companhia, Clássicos, 2012.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. Centauro Editora, 2006.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UNB, Editora Universidade de Brasília, 1982.

PARETO, V. **Sociological Writings** (Seleção de S. E. Finer). New York: Praeger, 1966.

